



Análise da zona costeira de Marechal Deodoro-AL: desenvolvimento turístico, populacional e sustentável

Jorge Henrique dos Santos Silva¹, Adelmo de Lima Bastos²

¹Tecnólogo em Gestão Ambiental – IFAL e pós-graduando em Engenharia Ambiental – CESMAC. E-mail: jorgehenrique22@hotmail.com

²Doutor em Agronomia e professor do IFAL. E-mail: adelmobastos@gmail.com

Resumo: Este artigo é parte de um trabalho que buscou analisar, sob o ponto de vista socioambiental, a zona costeira de Marechal Deodoro - AL, com enfoque na atual situação quanto ao desenvolvimento turístico, populacional e sustentável da região. O estudo indica os principais impactos e os obstáculos para alcançar um planejamento para que a região possa se desenvolver com sustentabilidade, com garantia do equilíbrio e sobrevivência das formas de vida interdependentes. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico e documental, observações para identificação e coleta de informações, visitas e produção de fotografias *in loco* na perspectiva de se obter dados característicos do assunto em questão e contribuir com uma base própria de informações necessárias à avaliação da discussão acerca da zona costeira deodorense, finalizando na compilação de dados e redação do mesmo. Observou-se que dentre os principais impactos que assolam a região estudada, as atividades turísticas atreladas a outros sub-fatores se destacam como maior detentora da qualidade das zonas costeiras. Ainda que justificado por ser uma fonte importante de desenvolvimento local, o turismo tornou-se também o principal responsável pela intensificação do uso, ocupação e exploração dessas áreas, apresentando alterações em sua dinâmica natural e processos degradantes.

Palavras-chave: desenvolvimento, meio ambiente, sustentabilidade, turismo, zona costeira

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a pressão antrópica sobre os ecossistemas aumentou e mais da metade dos ecossistemas no mundo estão degradados tendo como consequência as evidências das mudanças climáticas e a perda da biodiversidade.

Além de diversos aspectos relacionados aos padrões de consumo e outros bens e serviços, acontece que as cidades crescem e expandem as áreas urbanas, trazendo consigo alterações e degradações no meio ambiente, e isso é ainda mais grave no litoral, onde tais procedimentos vinculados à vulnerabilidade dos ambientes naturais compõem um cenário de grandes impactos socioambientais negativos.

Moraes (2007) relata que estudos recentes apontam como vetores prioritários a urbanização, a industrialização, e a exploração turística. Neste contexto se insere o litoral brasileiro, emoldurado pelos ecossistemas que o constituem, abrigando uma diversidade vital e de alta relevância ambiental, sendo este fator natural, condição favorável à inserção antrópica e então, suscetível à exploração socioeconômica da região.

Este estudo teve como principal objetivo analisar, sob o ponto de vista socioambiental, a zona costeira de Marechal Deodoro - AL, com enfoque na atual situação quanto ao desenvolvimento turístico, populacional e sustentável da região. O estudo indica, portanto, os principais impactos e os obstáculos para se desenvolver com sustentabilidade e de forma planejada, com garantia ao equilíbrio ambiental e à qualidade de vida dos ecossistemas interdependentes.

Para que se possa aspirar qualidade de vida deverá existir qualidade do meio ambiente. Para tanto, devem ser satisfeitas as necessidades particulares do homem, da fauna, da flora e de suas atividades, caracterizadas por várias necessidades, dentre elas as fisiológicas, epidemiológicas, psicológicas e ecológicas (PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2004).

Desse modo, buscou-se alcançar metas sustentáveis de uso e ocupação do ambiente costeiro deodorense, procurando ajustar as formas de desenvolvimento à integridade das diversas formas de vida existentes, conforme a área delimitada para este estudo.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento populacional e turístico no litoral

A paisagem litorânea, cuja singular população e biodiversidade encantaram os primeiros exploradores do Brasil foi o alicerce para a indústria do turismo que, com seu crescimento moldou essa região, tornando-as altamente impactadas positiva e negativamente.

Refere-se ao turismo e suas atividades como principais responsáveis pela intensificação do uso da zona costeira, ora indutor de ocupação de novas áreas, ora seguido de investimentos básicos a processos de urbanização, ora articulado às atividades de veraneio (segundas residências), ou até no revigoramento de pequenas localidades com alto potencial turístico. Assim, o turismo tornou-se, na atualidade, o principal fator de desenvolvimento das zonas costeiras.

Documentos de diagnóstico da realidade econômica e proposição de modelos de desenvolvimento econômico para o Nordeste brasileiro, produzidos por técnicos da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), já apontavam, no final da década de 60, o turismo como uma alternativa possível de desenvolvimento regional (TORRES; COSTA, 2006).

No entanto, esse desenvolvimento vem acompanhado de uma gama de outros fatores e consequências que, na maioria das vezes, lesam os recursos naturais vulneráveis ao uso e ocupação antrópica. O fato é que (de modo geral) o país é detentor de um patrimônio natural extraordinário e de importância global, e os padrões desenvolvimentistas tomam cada vez mais impulso devido a sua potencialidade e atual alavancada econômica, tecnológica e social sem preocupar-se com um planejamento que, ao menos, reaja a futuros danos ambientais.

Em Alagoas a ocupação da orla costeira intensificou-se nos últimos 20 anos, e tem trazido sérios problemas relacionados à erosão costeira, saneamento, poluição, destruição dos manguezais e outros danos que poderiam ser evitados se houvesse um planejamento efetivo e a contribuição dos órgãos responsáveis (VIEIRA; COSTA, 2010, p. 3).

A ocupação da zona litorânea vem ocorrendo de forma espontânea, sem planejamento algum. A instalação de indústrias se dá lado a lado com o desenvolvimento do turismo. As duas atividades são responsáveis, por exemplo, pela implantação do sistema viário e a ampliação da AL-101 (IMA/GTZ, 1994).

Ao longo deste litoral algumas áreas foram transformadas em pólos turísticos e de desenvolvimento urbano, como a Praia do Francês, em Marechal Deodoro - AL, que recebe grande fluxo de pessoas, principalmente na época de verão. Como decorrência do incremento turístico, todos os ecossistemas costeiros existentes neste litoral estão sendo cada vez mais impactados por diferentes ações antrópicas, tanto ocasionadas pela ampliação urbana através de novos loteamentos, quanto pelo turismo desordenado que acarreta sérios danos ao meio ambiente.

De modo geral, as atividades turísticas na região em estudo preocupam pelo ritmo em que vem se desenvolvendo impondo a adoção imediata de todo um suporte de planos técnicos e investimentos infraestruturais a fim de qualificar a zona costeira em atrativo turístico e em patrimônio natural e cultural.

2.2 O planejamento ambiental e o desenvolvimento sustentável como plano de ação

De modo que todas as vantagens que o turismo traz, é crucial, do ponto de vista socioambiental, o planejamento e a prevenção de seus possíveis danos para evitar se chegar a um nível complexo ou até irreversível, como por exemplo, o aumento desenfreado da população trazido pelo turismo que gera grandes riscos aos recursos naturais.

Entende-se por planejamento ambiental toda ação praticada para/pela conservação e preservação dos recursos naturais a fim de garantir a própria sobrevivência. Sob esse aspecto é emergente a adoção desse planejamento, pois ao tempo em que cresce a interdependência ambiental segue paralela e relacionada à interdependência socioeconômica (COSTA, 2010).

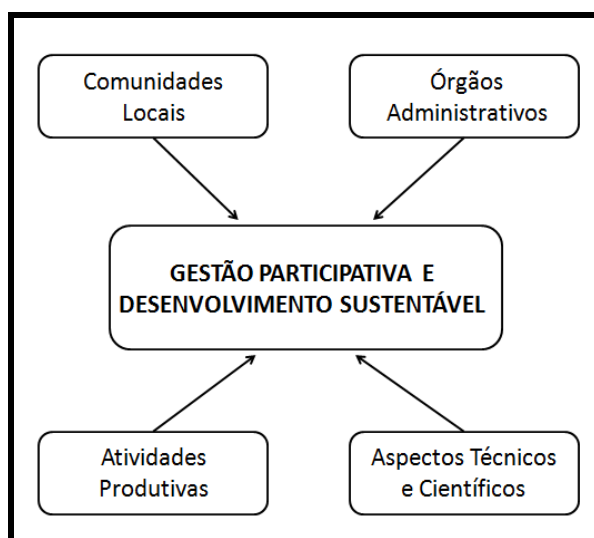
Os estudos de planejamentos e desenvolvimentos sustentáveis trazem a ideia de inserir na sociedade a educação e a conscientização ambiental para cessar com as diferenças do duelo “*meio ambiente versus homem*”. Como o meio didático é um processo há longo prazo, cabe ao Estado a inserção de políticas públicas (COSTA, 2010, p. 3).

As medidas de proteção em favor do meio ambiente são plenamente justificadas pelo estágio atual de ameaça aos recursos naturais no mundo. A conservação da biodiversidade é condição necessária do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a busca deste novo paradigma, necessita ser orientada por novos preceitos teóricos a respeito de desenvolvimento.

Dessa forma, com base no modelo de planejamento que visa a gestão participativa assegurando o desenvolvimento sustentável, pode-se afirmar que:

Sendo assim, propõem-se então uma gestão participativa, onde a sociedade como um todo trabalhe interligada, objetivando de forma conjunta a preservação do nosso patrimônio natural, a efetiva melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, o que resultará no desenvolvimento sustentável da zona costeira alagoana (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2008, p. 42).

Os mesmos autores ainda demonstram a esquematização da gestão participativa, resultante do esforço interligado dos diversos atores da sociedade, em forma de um fluxograma, como visto abaixo:



Fluxograma 1 – Gestão participativa
Fonte: adaptado de CORREIA e SOVIERZOSKI, 2008.

Assim, emerge que uma nova conduta de comportamento dos indivíduos, de comunidades, de grupos organizados, de associações e etc. seja adotada e praticada a curto prazo como o primeiro passo na ação contra as degradações no meio ambiente. Neste contexto pode afirmar:

No entanto, os problemas ecológicos não dependem de uma simples solução técnica; pedem uma resposta ética, requerem uma mudança de paradigma na vida pessoal, na convivência social, na produção de bens de consumo e, principalmente, no relacionamento com a natureza (JUNGLES, 2004, p. 7-8).

Dessa maneira é proposto aos seres humanos – maiores detentores da natureza – a última chance na condição de viver conforme uma sociedade sustentável, que segundo Brown (2000) é “aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo é caracterizado como pesquisa exploratória com análise de dados e estudo de campo.

A princípio foram feitos estudos bibliográficos e documentais a fim de caracterizar e contextualizar as temáticas aqui abordadas. As visitas *in loco* contribuíram diretamente para a construção de uma base de informações próprias das quais foram extraídos dados, através da identificação e análise dos indicadores de viabilidade e impactos ambientais na zona costeira deodorense. Foram ainda produzidas fotografias e conversas informais com interessados no assunto (população, turistas, estudiosos da área, etc.), finalizando com a compilação de dados e redação do mesmo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Área de estudo

Localizado no Nordeste brasileiro, sob as coordenadas geográficas 09° 42' 36" S e 35° 53' 42", o município de Marechal Deodoro faz parte da Mesorregião do Leste Alagoano, na Microrregião Geográfica da Grande Maceió. Possui uma área de 363,3 km², distando aproximadamente 28 km da atual capital do Estado (SEBRAE/AL, 1999).

Assim como o litoral brasileiro, a zona costeira deodorense abriga uma diversidade vital e de alta relevância ambiental. É, portanto, constituída de diversos ecossistemas interdependentes e alterna-se entre restingas, manguezais, remanescentes de Mata Atlântica, recifes de coral, praias (Prainha, Praia do Saco da Pedra e Praia do Francês), estuários e lagunas (como o Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú/Manguaba – CELMM: o mais importante ecossistema do Estado, detentor de alta biodiversidade endêmica embora, ameaçada de extinção em sua maioria).



Figura 1 – Área de estudo (região costeira de Marechal Deodoro)

Além de patrimônio natural, o município contribui significativamente para o desenvolvimento do estado sendo um dos que mais cresce economicamente e contribui com o PIB do estado. Das atividades que dilatam o desenvolvimento no município, destacam-se o turismo histórico, de praia e sol e, de veraneio, os investimentos infraestruturais e na indústria.

No que tange aos dados socioeconômicos verificou-se que o início do crescimento do município teve início nos fim dos anos 80. A proximidade à capital, a instalação do Pólo Cloroquímico de Alagoas – PCA (hoje distrito industrial), a construção da ponte Divaldo Suruagy ligando Marechal à Maceió, por exemplo, foram fatores cruciais que contribuíram diretamente para o desenvolvimento de Marechal Deodoro e data possíveis impactos, senão os primeiros em consideráveis proporções (após o período da colonização), nos ecossistemas ali existentes (Mata Atlântica, mangues, restingas, lagoas, praias, solo, dentre outros sistemas interdependentes).

Já na última década, ampliaram-se as atividades turísticas, sendo construídos hotéis, pousadas, bem como desenvolvidos planos e programas de incentivo ao turismo. O estímulo e aumento das



atividades turísticas em Marechal Deodoro são justificados por inúmeros fatores que dão o privilégio da cidade e fazem com que o conjunto de aspectos naturais existentes seja destino atrativo de turistas.

Paralelo a este desenvolvimento, observa-se o crescimento significativo do município no intervalo de 40 anos. A tabela 1 mostra esse crescimento populacional da cidade de Marechal Deodoro no período de 1970 a 2010.

Tabela 1 – Crescimento da população deodorense

| ANO | TOTAL | URBANA | RURAL |
|------|--------|--------|--------|
| 1970 | 14.724 | 5.481 | 9.243 |
| 1980 | 22.695 | 9.370 | 13.325 |
| 1991 | 24.810 | 14.658 | 10.152 |
| 2000 | 35.866 | 29.837 | 6.029 |
| 2010 | 45.994 | 43.406 | 2.588 |

Sabe-se que para a população litorânea urbana, o crescimento vem acompanhado pelo turismo e consequente especulação imobiliária que traz modificações nos aspectos naturais e paisagísticos, podendo provocar impactos significativos (degradação do Meio Ambiente) e constantes devido à urbanização acelerada e sem planejamento.

No entanto, as atividades turísticas preocupam pelo ritmo em que vem se desenvolvendo impondo a adoção imediata de todo um suporte de planos e investimentos infra-estruturais a fim de qualificar a zona costeira em atrativo turístico e em patrimônio natural e cultural..

4.2 (In)sustentabilidades das atividades turísticas em Marechal Deodoro - AL

Constatou-se que no princípio, o município tendo por base econômica a agricultura e a criação de animais manteve seu progresso estagnado pelo modo de vida mais rural que urbano e caracterizou-se por anos como um típico município interiorano, mesmo sendo detentor de um potencial histórico e natural elevado e pouco conhecido ao mesmo tempo. Seu crescimento tomou impulso por volta dos anos 80, época em que o turismo no Estado e em todo o Nordeste foi ganhando destaque e investimentos devido às belezas naturais não divulgadas.

Nota-se que dessa potencialidade e influência de desenvolvimento que dota o município, partem razões para atribuir ações de prevenção e planejamento a padrões sustentáveis. Se por um lado o turismo gerou crescimento econômico, por outro trouxe sérios problemas socioambientais com o desordenamento urbano, a abertura de loteamentos e a construções de bares, restaurantes e hotéis impulsionados pelas atividades turísticas resultando em sérios danos nos ecossistemas: destruição de vegetação de restinga, corte e aterro de mangues, desmonte de dunas, entre outros.

Assim sendo, tem-se de um lado a população turística que, por sua lógica, interfere diretamente na dinâmica natural e cultural dos ambientes costeiros, de outro, as populações litorâneas tradicionais que interagem também com os ecossistemas sob diferentes formas. Com os processos acelerados de desenvolvimento, ambas as populações crescem e provocam diversos impactos negativos, tanto diretos como indiretos, ao longo da zona costeira, prejudicando a conservação das diversas formas de vida ali existentes, demonstrando a falta de consciência ecológica, além da ausência de políticas públicas adequadas e ambientalmente corretas.

No litoral do município de Marechal Deodoro, a especulação imobiliária é a principal, dentre as formas de desagregação ambiental, e a que mais requer cautela em seu planejamento. Este fator de desenvolvimento lesa desde a paisagem natural essencial à qualidade de vida, à identidade local por meio das comunidades tradicionais que agregam valor além do imaterial ao patrimônio da cidade, por ser constituída de sustentabilidade em sua essência.

A concentração das populações em um determinado espaço acelera os processos de degradação do ambiente, e à proporção que há aumento dessa concentração, a degradação é disseminada. Por outro lado, a busca por novas áreas favoráveis à instalação humana é algo constante no cotidiano das cidades e compõe uma prática muitas vezes desprovida do planejamento que procura o equilíbrio



ambiental. De modo geral, os seres humanos são predadores e as interferências ambientais advindas de suas atividades afetam expressivamente as comunidades desprovidas de condições apropriadas de moradia, confinadas em áreas mais propícias às transformações ecológicas, por exemplo.

Marechal Deodoro não vivencia uma cena de caos devido o aumento populacional e mesmo fazendo parte da Região Metropolitana de Maceió – sendo essas regiões as de maior concentração populacional, e em sua maioria conurbadas – a cidade vem crescendo e despertando a preocupação com o planejamento urbano com vista aos inúmeros recursos naturais disponíveis e que já sofrem com as ações antrópicas.

5. CONCLUSÃO

Com esse estudo pode-se observar que os impactos ambientais, nos ecossistemas existentes na zona costeira, dos processos de uso e ocupação e, do desenvolvimento partem principalmente da precariedade da ação dos setores gerenciais (município, estado, governo), bem como da omissão da participação popular. Neste sentido, a prevenção dos possíveis danos ambientais sugere também a adoção de uma conduta sustentável através de medidas que viabilizem a ocupação planejada e o desenvolvimento em todas as esferas envolvidas da área em estudo, constituindo-se parte do meio ambiente.

Contudo, a própria urbanização e conseqüente ampliação da histórica cidade de Marechal Deodoro tornando-se atrativo turístico, ocasionando a expansão em pontos estratégicos como na Praia do Francês, Massagueira, Barra Nova e Santa Rita, originando pólos para as atividades turísticas de “praia e sol” apresentando interferência no cotidiano e na cultura das populações nativas, disseminando a degradação da paisagem natural e o crescimento de novas áreas chamando a atenção para a especulação imobiliária representam fatores que constituem os impactos e que só tendem a se proliferar devido aos padrões desenvolvimentistas a que se submetem as cidades.

Desse modo, as políticas públicas ambientais que se voltam ao desenvolvimento e planejamento que agregam valor à sustentabilidade ambiental e à qualidade de vida das populações devem ser efetivadas para minimizar e/ou reverter o dano causado.

Logo, o desafio é estabelecer um procedimento não só de preservação, mas principalmente de recuperação dos ecossistemas degradados e mais vulneráveis à pressão humana, cada vez mais necessários para o bem estar das populações. Assim, a formulação desse plano coerente que garanta o uso do espaço costeiro, baseado em considerações de sustentabilidade, apontará a direção na qual deveremos promover o desenvolvimento através do planejamento ambiental.

Espera-se, portanto que decorra a prevenção de impactos futuros e a mitigação das alterações existentes, tornando o planejamento mais que um princípio preventivo, mas a meta almejada na preservação dos ecossistemas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu eterno professor, orientador e amigo, Adelmo Bastos pelo incentivo, pela lembrança e a parceria que até perdura. Ao IFAL - *Campus* Marechal Deodoro pelo apoio acadêmico. Ao Centro Universitário Cesmac pela nova experiência. E, por fim, agradeço especialmente ao autor da minha vida, meu Bom Deus; aos meus pais e minha irmã por serem minha base; e, aos meus eternos amigos pela presença e cumplicidade – eu sem vocês nem sei quem seria!

REFERÊNCIAS

BROWN, Lester R. (Org.). **Estado do mundo 2000**. Salvador: EDITORA, 2000.

CORREIA, Mônica Dorigo; SOVIERZOSKI, Hilda Helena. Gestão e desenvolvimento sustentável da zona costeira do Estado de Alagoas. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Maceió, v. 8, n. 2, p.25-45, 2008.



COSTA, Caroline Araujo. **Meio ambiente e políticas públicas:** pressão demográfica, utilização de recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

IMA/GTZ. Guia do meio ambiente: litoral de Alagoas. 2. ed. Maceió: Projeto IMA-GTZ, 1994.

JUNGES, José R. **Ética ambiental.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collete (EE.). **Curso de Gestão Ambiental.** São Paulo: Manole, 2004.

SEBRAE/AL. **Marechal Deodoro: Alagoas: perfil sócio-econômico.** PRODER (Programa de Emprego e Renda). Maceió: SEBRAE, 1999 (**Série PRODER**).

TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (Org). **População e meio ambiente:** debates e desafios. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

VIEIRA, Jeilson Lima; COSTA, Jovesi de Almeida. **A dinâmica natural da Prainha e do seu entorno, Marechal Deodoro-AL:** uma análise geomorfológica e socioambiental. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Ambientais)-Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.